



Índice

- 01** Ministério Público move ação para que criança indígena conviva com o seu povo
- 02** Toma lá, dá cá: Marina exige que Aécio mantenha exclusividade da Funai nas demarcações em troca do seu apoio
- 03** Funai demarárá Terra Indígena em Brasília a 6 km do Palácio do Planalto
- 04** Território etnoeducacional é discutido em Fórum Permanente sobre a Educação Escolar Indígena
- 05** Criança indígena deve ser devolvida para mãe, diz MP
- 06** Suicídio de indígenas chega a ser seis vezes maior do que média nacional
- 07** Questão Indígena derruba Dilma e Marina e consagra Aécio Neves
- 08** UEL divulga Vestibular indígena em reservas da região
- 09** Grupo indígena Guarani Kaiowa mantém posse da terra Jatayvary em MS
- 10** Lideranças discutem saúde indígena em ITZ
- 11** Questão Indígena: Após dois meses de prisão, líder da Suiá-Missú deverá ser libertado ainda nesta semana
- 12** Funai investiga ataque a acampamento de índios
- 13** Oito etnias indígenas podem desaparecer, diz Funai
- 14** Reunião que define fim de 'pedágio indígena' na MT-170 acontece hoje



- 15** Deputado estadual mais votado em 2014 já foi indiciado pela Polícia Federal por corrupção
- 16** Associação Quilombola recebe curso do Senar no Vale do Mucuri
- 17** A Prefeitura de São Mateus, estará promovendo ,no dia 18, I Seminário Quilombola no Município.
- 18** Prefeitura lança o Prêmio de Culturas Afro-brasileiras
- 19** MPF/MG: audiência pública discute amanhã, 09/10, situação da comunidade quilombola pesqueira de Caraíbas
- 20** Governo garante terra e investimentos na agricultura para quilombolas de Goiás
- 21** Embarcação atenderá mulheres ribeirinhas vítimas de violência doméstica
- 22** Exclusivo: Índios fazem Coordenador do Distrito Especial de Saúde Indígena do Araguaia de refém na aldeia e exigem a presença do Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde.
- 23** Voto Consciente é apresentado em Aldeia Indígena
- 24** Professores e lideranças de etnias concluem o 4º módulo da Formação de Saberes Indígena na Escola
- 25** Prefeito participa de reuniões em Brasília sobre Jogos Mundiais Indígenas
- 26** MPF diz que loteamento pode ser área indígena
- 27** Encontro define agenda de trabalho para os Jogos Mundiais Indígenas
- 28** Governo Dilma garante mais atenção à Saúde e regulariza territórios quilombolas



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2014

Brasília, 09 de outubro de 2014.

-
- 29** Ausência de órgãos públicos em mesa de negociação dificulta a titulação de terras quilombolas no Oeste do Pará
 - 30** Índios despejados em MS prometem resistir e falam de morte coletiva na área retomada
 - 31** Guarani kaiowá jurado de morte denuncia o Brasil na ONU



Ministério Público move ação para que criança indígena conviva com o seu povo
SÍTIO DIÁRIO DO VALE, 09.10.2014

Volta Redonda

O Ministério Público Federal (MPF) em Volta Redonda moveu ação civil pública para garantir a ida de uma criança indígena de três anos à Terra Indígena Andirá Marau, localizada no Amazonas, do povo sateré-mawé, junto de sua mãe biológica e de sua aldeia. A menina foi entregue por missionários e líderes da ONG Atini e da associação Jovens Com Uma Missão (Jocum) a um casal que vive em Volta Redonda, após ter sido separada de sua mãe biológica.

A ação, que tramita em segredo de justiça, relata que as instituições Jocum e Atini subtraíram a adolescente sateré-mawé da aldeia indígena onde vivia, invocando motivos humanitários, a pretexto de protegê-la. Após a subtração, a adolescente indígena foi submetida a uma peregrinação pelo país e deu à luz a uma menina, de quem foi separada no quarto dia após o parto.

Para o MPF, a história da mãe indígena e de sua filha foi distorcida até parecer uma doação comum de uma criança vulnerável, com mãe incapaz, por um casal de classe média de Volta Redonda. Porém, segundo o MPF, se trata "de mais um exemplo da atuação sistemática desses grupos missionários contra os povos indígenas e seus modos de vida, com o fim de fazer valer unilateralmente a concepção daqueles sobre a cultura indígena", alertam os procuradores da República Julio José Araujo Junior e Marcela Harumi Takahashi Pereira Biagioli, autores da ação. Mais do que uma discussão em torno dos direitos da mãe de ter consigo a filha, dizem os procuradores, o caso representa a violação de direitos do povo sateré-mawé, causada pelo casal e pelas entidades Jocum e Atini, sob a omissão da Funai (Fundação Nacional do Índio).

A Jocum é uma missão internacional, fundada em 1960, com o nome Youth with a mission (YWAM), que iniciou seus trabalhos no Brasil em 1975. Já a Atini é uma organização não-governamental fundada em 2006 por missionários da Jocum que atuavam junto aos indígenas, com o alegado objetivo de erradicar o infanticídio nas comunidades indígenas. "Sob pretexto de uma atuação supostamente humanitária, os envolvidos promoveram uma desestruturação étnica de determinados povos e a violação da dignidade humana de indígenas, retirando-os de suas terras e do convívio com o seu grupo", alerta a ação.

Além de determinar a entrega da criança à terra indígena, após a elaboração de laudo antropológico, afastando-se a guarda provisória conferida ao casal que busca a sua adoção, o MPF requer ainda que seja declarada a responsabilidade civil da Jocum e da ONG Atini, além do casal que adotou a criança. Eles deverão pedir desculpas públicas ao povo indígena atingido e pagar uma indenização, solidariamente, no valor de R\$ 500 mil. Já a Funai deve ser condenada a acompanhar a criança durante o seu crescimento, fornecendo apoio psicológico e antropológico, bem como assegurar o relacionamento da menina com a sua família e a mãe biológica.



Toma lá, dá cá: Marina exige que Aécio mantenha exclusividade da Funai nas demarcações em troca do seu apoio

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 08.10.2014

A Questão Indígena volta ao centro do debate na corrida presidencial. Terceira colocada na disputa com 21% dos votos válidos, Marina Silva (PSB) bateu o martelo sobre as condições que determinarão seu apoio a Aécio Neves (PSDB) no segundo turno das eleições: Aécio precisa apoiar as demarcações de Terras Indígenas, vetar a tramitação da PEC 215 no Congresso e manter a exclusividade das demarcações com a Funai.

A ex-senadora disse a interlocutores que precisa ser "convencida" de que a candidatura do PSDB firmará compromissos com segmentos da sociedade que votaram nela em 2010 e em 2014. Para isso, espera o contato do tucano. "Marina não vai ao encontro de Aécio. Ele que precisa ir ao encontro dela", disse um dos principais assessores de Marina ao jornal Folha de São Paulo.

A ex-candidata ao Palácio do Planalto espera que o tucano procure a ela ou a seus assessores para entender as exigências que coloca à mesa para finalmente firmar a aliança e que dê sinais públicos de que fará flexões à esquerda.

Não será uma decisão fácil para Aécio. Mostramos aqui que as cidades assoladas por conflitos no campo decorrentes das demarcações da Funai votaram em peso no tucano. Relembre: Questão Indígena derruba Dilma e Marina e consagra Aécio Neves

Caso atenda as exigências de Marina, Aécio pode perder o apoio nesses municípios. O candidato do PSDB já deu declarações de que incluirá a Embrapa em parceria com a Funai no processo de identificação de Terras Indígenas. Aécio também já disse que as demarcações de terras indígenas feitas no seu governo levarão em conta as condicionantes estabelecidas pelo STF no caso Raposa Serra do Sol.



Funai demarcará Terra Indígena em Brasília a 6 km do Palácio do Planalto
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 08.10.2014

O Diário Oficial de hoje, 07 de outubro de 2014, traz o extrato de um contrato entre a Funai e a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) através do qual a Terracap doa 22 hectares de terra dentro do Plano Piloto de Brasília para criação pela Funai da Terra Indígena Kariri-Xocó do Bananal-DF. A terra indígena abrigará 16 famílias indígenas das etnias Kariri-Xocó e Tuxá vindas no nordeste. O grupo ocupa hoje uma das áreas mais valorizadas da zona urbana de Brasília, no setor Noroeste a 6 km da Praça dos Três Poderes.

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
URBANO E MEIO AMBIENTE
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA
TERRACAP**

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo nº 111.000.544/2014; ESPÉCIE: Termo de Compromisso nº 72/2014; PARTES: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP e FUNAI - FUNDACAO NACIONAL DO INDIO; OBJETO: Doação à União de área com 22,0883ha (vinte e dois hectares, oito ares e oitenta e três centiares) para a constituição da Reserva Indígena "Kariri-Xocó do Bananal-DF", nos termos previstos pelo art. 26 da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio), para ser destinada a posse permanente e ao usufruto exclusivo de 16 famílias Kariri-Xocó e Tuxá; EMBASAMENTO LEGAL: Decisão nº 1012 da Diretoria Colegiada da TERRACAP, em sua 2948ª Sessão, realizada em 26/09/2014; DATA DE ASSINATURA: 30/09/2014; VIGÊNCIA: 19 (dezenove) meses; DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão sob a responsabilidade da TERRACAP; P/TERRACAP: Maruska Lima de Sousa Holanda, Carem Lucia Guimaraes e Andrea Saboia Fonseca; P/TERRACAP: Ivanice Pires Tanone e Maria Augusta Boulitreau Assirati; TESTEMUNHAS: Aluisio Ladeira Azanha e Flavio Chiarelli Vicente de Azevedo.

O documento é um dos últimos assinados pela ex presidente da Funai, Guta Assirati, e tem como testemunhas os indigenistas Flavio Chiarelli Vicente de Azevedo e Aluísio Azanha, filho do Grande Cacique Branco do indigenismo radical, Gilberto Azanha.

Antes de deixar a Funai, a ex presidente assinou os termos, pediu exoneração da Funai e fugiu para Portugal na última quarta-feira, 1 de outubro, onde pretende morar e fazer doutorado.

Em 2011 a Terracap tentou desocupar o local conhecido como Santuário dos Pagés para construção do Setor Noroeste, um dos bairros mais valorizados da Capital. A ação foi impedida pelos indígenas com apoio de estudantes da Universidade de Brasília.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2014

Brasília, 09 de outubro de 2014.

A equipe do Questão Indígena já disse publicamente que apoia a demarcação de Terras Indígenas em zonas urbanas como forma de evidenciar os absurdos que a Funai vem fazendo no campo. Há uma outra reivindicação de demarcação de Terra Indígena na cidade do Rio de Janeiro e várias na zona metropolitana de Manaus.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2014

Brasília, 09 de outubro de 2014.

Território etnoeducacional é discutido em Fórum Permanente sobre a Educação Escolar Indígena

SÍTIO SUA CIDADE, 08.10.2014

Território etnoeducacional é discutido em Fórum Permanente sobre a Educação Escolar

A organização da educação escolar indígena com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade, respeitando suas necessidades e especificidades, foi o principal ponto discutido no fórum permanente de educação escolar indígena, realizado pela OAB/PA – Subseção de Santarém.

“Os territórios asseguram que a política de educação escolar indígena atenda as populações segundo a área geográfica que ocupam, e não mais por município”, destacou a consultora geral de Educação Escolar Indígena do MEC, Susana Grilo.

Para a coordenadora da Educação Indígena da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Iara Elizabeth, a principal finalidade do Fórum é o fortalecimento da cultura e da identidade dos povos indígenas. Segundo ela, o Decreto nº 6.861 de 27 de maio de 2009 mostra objetivos da educação escolar indígena bem definidos, como: a valorização das culturas dos povos indígenas, o fortalecimento das práticas culturais e da língua materna de cada comunidade, a manutenção de programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação escolar nas comunidades indígenas, a elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado, entre outros.

Participaram do encontro, a titular da SEMED, Irene Escher, representantes dos Municípios de Aveiro e Belterra, lideranças indígenas, OAB, Ministério Público Federal e órgãos do Governo do Federal que tratam sobre a temática.



Criança indígena deve ser devolvida para mãe, diz MP

SÍTIO GUARULHOS WEB, 08.10.2014

Uma criança indígena de apenas três anos deve conhecer sua aldeia, a Terra Indígena Andirá Marau, no Amazonas, pela primeira vez em breve. Isso porque o Ministério Público Federal (MPF) em Volta Redonda, no sul fluminense, moveu uma ação civil pública para que a menina, que está sob a guarda de um casal da cidade, seja devolvida para a mãe biológica, que pertence ao povo sateré-mawé.

De acordo com os procuradores da República Julio José Araujo Junior e Marcela Harumi Takahashi Pereira Biagioli, autores da ação, a criança foi afastada da mãe poucos dias depois do parto. A intermediação, consta no processo, teria sido feita pelas ONGs Jovens Com Uma Missão (Jocum) e Atini - Voz pela Vida que capacitam jovens missionários para atuarem junto aos povos indígenas, alegando "o objetivo de erradicar o infanticídio nas comunidades indígenas".

O processo, que corre em segredo de Justiça, relata que a mãe, uma adolescente, teria sido "subtraída" da aldeia pelas ONGs que "invocaram motivos humanitários, a pretexto de protegê-la". A adolescente teria sido "submetida a uma peregrinação pelo País" até dar à luz. Quatro dias depois, a criança teria sido entregue ao casal de classe média de Volta Redonda. "Sob pretexto de uma atuação supostamente humanitária, os envolvidos promoveram uma destruturação étnica de determinados povos e a violação da dignidade humana de indígenas, retirando-os de suas terras e do convívio com o seu grupo", relatam os procuradores.

Na avaliação do MPF, "a história da mãe indígena e de sua filha foi distorcida até parecer uma doação comum de uma criança vulnerável, com mãe incapaz", quando na verdade, seria "mais um exemplo da atuação sistemática desses grupos missionários contra os povos indígenas e seus modos de vida, com o fim de fazer valer unilateralmente a concepção daqueles sobre a cultura indígena". Para os procuradores, além da violação de direitos da mãe e da filha, houve "violação de direitos do povo sateré-mawé".

Notificação

As ONGs afirmam que receberam a notificação sobre o processo há cerca de dez dias e elaboram as defesas. No entanto, estão impedidas de falar sobre o caso por causa do sigilo judicial. Ligada a instituição internacional Youth With A Mission, a Jocum está no Brasil desde 1975. Já a Atini foi criada em 2006 por missionários da Jocum para atuarem junto aos indígenas.

Sem citar diretamente a ação movida pelo MPF, a advogada da Atini, Maíra Barreto, explicou que as instituições "combatem o infanticídio e outras práticas culturais nocivas que atentam contra a vida da criança". "Não vamos às aldeias, mas os pais e mães nos procuram para

CONT.



salvar a vida das crianças. A Atini sempre defendeu a cultura indígena como um valor do qual não podemos abrir mão, mas se existem elementos que são nocivos e violam direitos humanos universais, principalmente das crianças, eles devem ser discutidos". Na decisão, os procuradores determinam que a criança seja devolvida à mãe na aldeia no Amazonas "após a elaboração de laudo antropológico" e que a guarda provisória concedida ao casal seja suspensa. A Fundação Nacional do Índio (Funai) deve acompanhar o desenvolvimento da criança e fornecer apoio psicológico e antropológico para assegurar o relacionamento da menina com a família.

O MPF também requer que seja declarada a responsabilidade civil da Jocum, da Atini e do casal. As três partes deverão pedir desculpas públicas ao povo sateré-mawé e pagar uma indenização no valor total de R\$ 500 mil. Habitantes da divisa dos Estados do Amazonas e do Pará, os sateré-mawé são considerados os inventores da cultura do guaraná, já que conseguiram dominar a trepadeira silvestre e desenvolveram o processo de beneficiamento da planta. Cultivado pelos homens, o fruto é o principal item da economia dessa etnia que tem aproximadamente 11 mil pessoas, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As mulheres só podem participar da atividade até a primeira menstruação, quando passam a ser consideradas esposas e mães em potencial.



Suicídio de indígenas chega a ser seis vezes maior do que média nacional

SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 08.10.2014

Casos de suicídio de indígenas são até seis vezes maior do que o índice da população brasileira. Os dados são do Mapa da Violência, do Ministério da Saúde. A quantidade preocupa especialistas. Enquanto o índice geral no país é de 5,3 suicídios por cem mil habitantes, a incidência sobe para mais de 30 em alguns municípios com população indígena. "O que está acontecendo é um verdadeiro extermínio destas populações", diz o médico Carlos Felipe D'Oliveira, da Rede Brasileira de Prevenção do Suicídio.

A tragédia não é recente, aponta o antropólogo Spensy Pimentel, que estuda a cultura dos índios Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul. "Isso já acontece há mais de 30 anos. A questão nunca cessou. O tema só está vindo mais à tona por causa de maior transparência dos órgãos", informa. Entre 2000 a 2013, só no Estado de Mato Grosso do Sul foram registrados 659 casos de suicídio de indígenas. Ainda segundo o antropólogo, a epidemia de suicídios teve início com o processo de confinamento dos Guarani-Kaiowá que se acirrou nos anos 1970. "Individualmente, o suicídio tem as mais variadas motivações. Mas, na maioria das vezes, os pequenos conflitos familiares que levam um jovem a tomar a decisão de tirar a vida estão relacionados à falta de terras", informou. Segundo o último Censo do IBGE, de 2010, a população indígena corresponde a 821,5 mil pessoas, ou 0,4 do total de brasileiros. Informações do IG



Questão Indígena derruba Dilma e Marina e consagra Aécio Neves

SÍTIO RÁDIO SANANDUVA, 08.10.2014

O Partido dos Trabalhadores perdeu em todos os municípios onde há conflitos causados pelas demarcações da Funai. Destaque para o município de Buerarema, no sul da Bahia, e Alto Boa Vista, no Mato Grosso, Guairá e Terra Roxa, no Paraná, e Sananduva, no Rio Grande do Sul.

Buerarema, no sul da Bahia, foi o único município baiano onde Dilma teve menos votos do que Aécio Neves. A região abriga a maioria dos agricultores expulsos de suas terras por uma milícia indigenóide que já invadiu mais de cem propriedades. O município deu 67% dos votos a Aécio Neves, enquanto Dilma teve 26% e Marina apenas 7%.

Outro destaque foi o Município de Alto Boa Vista, no Mato Grosso, onde ficava a antiga Fazenda Suiá-Missu. Recentemente o Governo Dilma fez uma grande operação de limpeza étnica no local expulsando milhares de pessoas para que uma área de 165 mil hectares pusesse ser entregue a índios xavante. Dilma Rousseff teve apenas 14% dos votos. Marina, mais identificada com as demarcações e com os indigenistas, teve menos de 2%. Aécio Neves teve 82,56% dos votos válidos do município. Alto Boa Vista foi o município do Brasil que deu a maior votação proporcional ao PSDB.

O PT perdeu para o PSDB também na região de Pacaraima e Boa Vista, capital de Roraima. Dois dos município que abrigam a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, também palco de operações de limpeza étnica de áreas indígenas feitas pelo PT.

A região onde fica a Terra Indígena Buriti, no Mato Grosso do Sul, também deu vitória a Aécio Neves, apesar do grande número de indígenas que vivem no local. Em Ponta Porã e Antônio João, Aécio teve mais de 50% dos votos.

Os municípios de Terra Roxa e Guairá, no oeste do Paraná, conflagrados por demarcações, deram vitória folgada ao PSDB. Nos dois municípios Aécio recebeu mais das metade dos votos.

O candidato do PSDB ganhou, ainda, por ampla margem nos município do norte do Rio Grande do Sul onde a Funai tenta demarcar várias terras indígenas. O destaque foi o município de Sananduva com 62% dos votos para Aécio Neves.

Os conflitos indígenas começaram a pipocar no campo com a chega do PT ao poder. Os governo do PT foram responsáveis pelas últimas três grandes operações militares de expulsão de não indígenas de áreas que foram demarcadas pela Funai. Milhares de pessoas foram expulsas sem qualquer tipo de assistência por parte do Governo. É o caso dos municípios de Roraima e Mato Grosso.

O PT abrigou na Secretaria Geral da Presidência da República a nata do indigenismo radical

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2014

Brasília, 09 de outubro de 2014.

que foi responsável por essa operação de expurgo étnico. Além disso, o Governo da Presidente Dilma foi omissos e se mostrou incompetente na tentativa de encontrar soluções reais para os conflitos.

O candidato do PSDB à Presidência tem dito que buscará soluções para o impasse da Questão Indígena. Aécio Neves já deu declarações de que seu governo usará as decisões do STF sobre o caso Raposa Serra do Sol como parâmetro para os casos de novas demarcações de terras indígenas. É muito mais do que fez o atual governo.

As pessoas que sofrem com a ameaça de perder as terras pela ação da Funai passaram a enxergar em Aécio uma opção de solução muito mais real do que Dilma Rousseff.

Fonte: Questão Indígena



UEL divulga Vestibular indígena em reservas da região
SÍTIO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 08.10.2014

Agência UEL

A Comissão Universidade para os Índios (CUIA) da UEL iniciou nesta segunda-feira (6) uma série de visitas às terras indígenas da região para a divulgação do XIV Vestibular dos Povos Indígenas, que será realizado nos dias 18 e 19 de dezembro, na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), em Guarapuava. As inscrições para o processo seletivo vão até o dia 24 deste mês. A expectativa é de aproximadamente 500 inscritos, que vão concorrer a 42 vagas ofertadas pelas universidades estaduais e pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A terra indígena Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra, foi a primeira comunidade a receber os membros da CUIA. Segundo o presidente da CUIA, Wagner Roberto do Amaral, as próximas visitas serão nesta quarta-feira (8), na Reserva de Apucarantina. Na próxima segunda-feira (13) a CUIA visita a terra indígena de São Jerônimo. As demais visitas serão no dia 16, em Pinhalzinho e na Reserva de Laranjinha, no próximo dia 21.

O Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná foi instituído pela Lei Estadual nº 13.134, de 18 de abril de 2001, que determina a reserva de seis vagas em cada uma das universidades públicas estaduais do Paraná para a disputa entre integrantes das comunidades indígenas do estado. A Universidade Federal do Paraná (UFPR) oferece dez vagas suplementares dos cursos ofertados, para serem disputadas exclusivamente por indígenas de todo o Brasil. Ao todo, as universidades estaduais ofertam 42 vagas.



Grupo indígena Guarani Kaiowa mantém posse da terra Jatayvary em MS

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 08.10.2014

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve o ato do ministro da Justiça que declarou a terra indígena denominada Jatayvary, localizada em Mato Grosso do Sul, como de posse permanente dos índios Guarani Kaiowa. O colegiado não acolheu os pedidos dos proprietários rurais que, com a impetração de mandados de segurança, queriam a anulação da Portaria 499/11, assinada pelo ministro da Justiça, para ter de volta o domínio das terras.

A terra indígena em questão é composta por aproximadamente 8.800 hectares de área e 40 quilômetros de perímetro, no município de Ponta Porã.

Conforme os autos do processo, os impetrantes de um dos mandados de segurança são proprietários de uma área correspondente a 2.500 hectares, dos quais aproximadamente 800 hectares estão dentro do perímetro delimitado pelos estudos da Funai. Ocupam a área desde 1965, segundo dados cartorários.

Ato nulo

Os proprietários rurais alegaram que a Portaria 499 seria nula, pois não seria ato de declaração, mas de confisco de suas propriedades localizadas na área. Segundo eles, essa expropriação estaria impedida em razão de uma decisão judicial obtida no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Em um dos mandados de segurança, os proprietários também sustentaram que o laudo feito pela Funai seria parcial, pois a fundação estaria interessada nas terras. Levantaram ainda suspeição do perito responsável pelos laudos antropológicos e afirmaram que não houve intimação pessoal para participarem do processo de identificação e delimitação da área indígena.

De acordo com o ministro Humberto Martins, relator dos pedidos, não é possível considerar que a portaria tenha ignorado a decisão judicial, pois a decisão proibiu qualquer ato expropriatório do imóvel rural. Entretanto, Martins explicou que a fase de expropriação "apenas pode ocorrer com a emissão de decreto presidencial", conforme o artigo 5º do Decreto 1.775/96, e não com a portaria de declaração do ministro da Justiça.

Ato declaratório

Os ministros reconheceram que a portaria foi um ato declaratório e não expropriatório, ou seja, a fase em que se encontra o processo é apenas de identificação e delimitação de terras, "não havendo qualquer violação ao direito de propriedade dos impetrantes", afirmou Humberto Martins.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2014

Brasília, 09 de outubro de 2014.

O relator disse que não houve violação do contraditório, pois os impetrantes puderam se manifestar durante o processo. Os ministros não acolheram a alegação de suspeição do perito antropólogo, pois ela não se enquadrava em nenhuma das hipóteses taxativas da Lei 9.784/99.

Ao debater a questão da titularidade das terras, se pertencentes aos proprietários rurais ou se de posse histórica dos índios, os ministros do STJ entenderam que seria necessária a análise das provas contidas nos autos, o que é "inviável em sede de mandado de segurança", observou Humberto Martins.

Lideranças discutem saúde indígena em ITZ

SÍTIO IMIRANTE.COM, 08.10.2014



As reuniões ocorrem de 8 a 10 de outubro. - Reprodução/Internet

IMPERATRIZ – Na manhã desta quarta-feira (8), lideranças indígenas vão se reunir por três dias para avaliar a situação da saúde indígena no Maranhão. Geralmente, as reuniões do conselho fiscal são realizadas em São Luís, mas, dessa vez, ocorre em Imperatriz.

O seminário de avaliação começa nesta manhã, no prédio ao lado do Hemomar, no Centro. O evento segue até sexta-feira (10). Durante todo o dia ocorrem atividades.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2014

Brasília, 09 de outubro de 2014.

Questão Indígena: Após dois meses de prisão, líder da Suiá-Missú deverá ser libertado ainda nesta semana

SÍTIO JNO ON LINE, 00.00.2013

O líder da Associação dos Produtores Rurais da Suiá-Missu (APROSUM), Sebastião Prado, será liberado da prisão nos próximos dias, mediante o pagamento de fiança. Segundo o advogado do produtor rural, Carlos Roberto Freitas, o alvará de soltura foi assinado pelo juiz nesta quarta-feira (08). Na última semana, a fiança havia sido estipulada em R\$ 30 mil, junto com outras medidas cautelares.

O produtor rural foi preso há dois meses, por envolvimento com os movimentos de resistência da Suiá-Missú (MT), ligadas a demarcação de terras indígenas. Na ocasião, outros produtores também foram presos em uma operação da Polícia Federal, mas foram libertados na mesma semana. Sebastião foi acusado de roubo, furto, cárcere privado e atentado contra a ordem pública.

Funai investiga ataque a acampamento de índios

SÍTIO SULNEWS, 08.10.2014



Os indígenas garantem que permanecerão no acampamento até a demarcação

CARLINE MALDONADO / CAMPO GRANDE NEWS

Após denúncia de indígenas Kaiowá sobre um ataque de homens armados com facas que destruíram acampamentos da comunidade Kurusu Ambá, em Coronel Sapucaia, a Fundação Nacional do Índio (Funai) informou que tem conhecimento e acompanha o caso, mas não deu detalhes do encaminhamento da queixa.

De acordo com relatos dos indígenas a membros do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o caso ocorreu na sexta-feira, dia 3, quando as 50 famílias que estão acampadas na sede da fazenda que consideram seu tekohá, a terra tradicional, se deslocaram até outra área para receber atendimento de agentes da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Por volta das 15 horas, “quatro sujeitos armados invadiram a sede da fazenda retomada pelos indígenas e desferiram golpes de facão contra as barracas montadas pelas famílias Kaiowá”, conforme os relatos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2014

Brasília, 09 de outubro de 2014.

A Funai, informou ainda que sabe que o ocorrido se tratou de “uma ação envolvendo não índios armados contra indígenas”, mas destacou que “ninguém ficou ferido”. Já a assessoria jurídica do Cimi, garantiu que informou a Polícia Federal sobre o caso, mas até ontem a tarde não teve retorno; além disso compartilhou os depoimentos dos índios com membros da Conselho de Direitos Humanos da Nações Unidas (UNHRC).

Conforme o Cimi, os índios Kaiowá de Kurusu Ambá não têm intenção de deixar o local, mesmo com constantes ameaças e informaram que estão começando o plantio para subsistência da comunidade. Os indígenas garantem que permanecerão no acampamento até a demarcação. “Para os indígenas, voltar à situação na qual estava significa escolher 'uma outra forma de morrer'. Nesse caso, a morte pela fome, pela desnutrição crônica e pelas doenças provocadas pelos agrotóxicos junto ao riacho que corta seu antigo acampamento. Toda esta situação já foi denunciada inúmeras vezes por inúmeras organizações internacionais de direitos humanos. O governo federal não fez questão”, reclama o Cimi em publicação no site da entidade.

O CAPO GRANDE NEWS tentou contato, por telefone, com um dos moradores de Kurusu Ambá, mas o número estava fora de área, possivelmente pela localização do acampamento.

Oito etnias indígenas podem desaparecer, diz Funai

SÍTIO JORNAL OESTE, 08.10.2014



A Fundação Nacional do Índio (Funai) prorrogou por mais dois anos o prazo de proibição de entrada ou permanência de não índios na Terra Indígena Piripkura, região noroeste de Mato Grosso. Conforme a Fundação, na área se encontram os dois últimos membros da etnia, sobreviventes de um massacre realizado por fazendeiros da região. A etnia está ameaçada de extinção.

Além dos Piripkuras, outras sete etnias de Mato Grosso, correm risco de sumirem do mapa devido à vulnerabilidade e disputas de terras com fazendeiros e madeireiros.

Os piripkuras Mande-í e Tucan se encontram isolados entre os municípios de Colniza (1.044 km a noroeste de Cuiabá) e Rondolândia (1.021 km a noroeste de Cuiabá). A dupla mora em uma área de aproximadamente 242 hectares, o que equivale a 242 campos de futebol.

Eles se comunicam exclusivamente por meio do idioma Tupí-kawahíb, mantêm intacto seu universo simbólico e cosmológico e continuam rejeitando o processo de colonização, com a sobrevivência baseada em práticas produtivas tradicionais (caça, pesca, coleta e fabricação de utensílios).

Desde 2010, esta foi terceira vez que a Funai prorroga a proibição de contato. A nova restrição vale por mais dois anos, a contar da última segunda-feira (6), quando foi publicada a Portaria 1.153 no Diário Oficial da União (DOU).

CONT.



Os dois indígenas foram descobertos em 1998, após expedições na região. Quando foram encontrados, os indígenas estavam gravemente doentes com malária e catapora. Relatos contam que um deles estava com diversas pedras na vesícula.

De acordo com a assessoria da Funai, o primeiro contato com os piripkuras, nome como são chamados por outras etnias indígenas da região, ocorreu durante os anos 1980. Conforme os registros da entidade, ao menos, 20 piripkuras viviam juntos no local.

Até esta data, a tribo nômade era considerada extinta, em virtude de diversos massacres realizados por grileiros, madeireiros e outros grupos rivais.

A aldeia de Mande-í e Tucan foi invadida por homens armados, que mataram quase todos os indígenas. Além da dupla, poucos sobreviveram. Entre eles, a jovem Rita.

Porém, após anos vagando pelas florestas, ela foi capturada e levada para uma fazenda, onde virou escrava sexual e doméstica de peões, até ser resgatada pela Funai, em 1984. Rita atualmente vive com os Karipunas em Rondônia. Por muitos anos, ela foi considerada a única representante dos Piripkuras viva, até os indigenistas localizarem Mande-í e Tucan.

Para proteger o território e estudar o grupo, o governo federal decidiu controlar o acesso pela primeira vez em 2008. Na ocasião, a Funai determinou a restrição para proteger os indígenas Tyku e Mondé-i do contato com grupos sociais que pudessem lhes transmitir doenças.

Durante a proibição, somente pessoas autorizadas pela Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai poderão ingressar, locomover-se ou permanecer na área.

Reunião que define fim de 'pedágio indígena' na MT-170 acontece hoje
SÍTIO FOLHA DO ESTADO, 08.10.2014



Trechos de rodovia foi interditada por indíos nesta semana

A reunião que irá tentar solucionar o bloqueio de oito dias feito pelos indígenas Enawenê-nawê na MT-170, em Juína (734 km de Cuiabá), foi remarcada para hoje (09).

A Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana (Setpu) informou que o secretário-adjunto Alaor de Paula irá se reunir hoje com os indígenas em Brasnorte, mas não informou o horário. Eles cobram melhorias em uma estrada vicinal que liga a MT-170 à aldeia Enawenê-nawê.

A Funai informou por meio de nota que considera a ação ilegal, solicitou que os indígenas interrompessem o bloqueio e mandou documentação ao Estado de Mato Grosso, MPF e Justiça Federal para as providências cabíveis.

Os caminhões que trafegam pela rodovia são obrigados a pagar um pedágio no valor de R\$ 200,00, carros R\$ 100,00 e motocicletas R\$ 50,00.

Deputado estadual mais votado em 2014 já foi indiciado pela Polícia Federal por corrupção

SÍTIO ATUAL 7, 08.10.2014

Josimar de Maranhãozinho é acusado pela PF de encabeçar uma quadrilha, em parceria com a esposa, que devastou áreas indígenas em extração ilegal de madeira

O empreiteiro Josimar de Maranhãozinho (PR), deputado estadual eleito mais bem votado nas eleições gerais de 2014, escapou de ser preso, mas não de ser indiciado pela Polícia Federal, em dezembro de 2012, pelos crimes de corrupção passiva, prevaricação, concussão, peculato e formação de quadrilha ou bando.

De acordo com relatórios da 'Operação Cupim', o novo membro da Assembleia Legislativa teria aumentado seus bens em aproximadamente R\$ 30 milhões, durante o tempo em que movimentou o esquema.



METRALHAS, SEGUNDO A PF O deputado estadual eleito mais votado nestas eleições, Josimar de Maranhãozinho, e a esposa Detinha. Foto: Divulgação

Segundo a PF, o ex-prefeito de Maranhãozinho – daí o porquê de seu nome de urna – encabeçava uma quadrilha que cobrava uma taxa para entrada de caminhões em áreas indígenas da Reserva Alto Turiaçu, localizadas no município que administrava e em Centro do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2014

Brasília, 09 de outubro de 2014.

Guilherme, administrado por sua esposa e também chefe da rede criminosa, a prefeita Maria Deusdete Lima, a Detinha, para extração de grande quantidade de madeira de forma ilegal. Na época, agentes federais chegaram a fazer buscas na prefeitura, empresa e residência de Josimar e sua esposa.

Segundo a Polícia Federal, o esquema funcionava com a Prefeitura de Maranhãozinho cobrando uma taxa de R\$ 150, que dava direito a um tíquete para que cada caminhão – previamente cadastrado na prefeitura, obedecendo algumas predeterminações – entrasse na reserva indígena e de lá extraísse a madeira ilegalmente.

Cerca de 20 caminhões, por dia, saíam carregados do local, sem autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Polícia Federal; e sem que o dinheiro fosse repassado aos cofres públicos. Além do Josimar de Maranhãozinho, participavam do crime quatro policiais militares e vários funcionários públicos que, armados ilegalmente, faziam barreiras e cancelas.

Associação Quilombola recebe curso do Senar no Vale do Mucuri

SÍTIO FAEMGE, 08.10.2014



Gerente do Senar em Valadares, Ulisses Silveira (primeiro à direita), com os alunos

O Sindicato dos Produtores Rurais de Carlos Chagas, no Vale do Mucuri, realizou, em parceria com Senar Minas, o curso de Bovinocultura de Leite/Vaqueiro, no Córrego Julião, para associados da Associação Quilombola de Marques.

O curso, ministrado pelo instrutor Hélio Costa Oliveira, levou aos participantes, noções de como obter melhor proveito da produção, atentando a fatores como práticas sanitárias nas instalações e equipamentos utilizados; higiene e procedimento correto na aplicação de medicamentos; higiene na ordenha; controle de parasitas como moscas e vermes; ordenha com qualidade entre outros ensinamentos.

Os alunos aprenderam, na prática, os procedimentos corretos para manejo do gado. Édson Souza Santos é presidente da Associação Quilombola Marques e revela a satisfação que teve em participar do curso.

"Pense em um curso excelente? Foi este curso de Vaqueiro aqui na comunidade. Ao todo, fomos onze participantes, entre estes uma mulher, minha prima Ana Maria Marques, e todos saíram extremamente satisfeitos com tudo aquilo que aprenderam. Na verdade, todos já exerciam o ofício de Vaqueiro, mas percebemos que não sabíamos era nada", diz Édson Souza.

Édson revelou também que este foi o seu primeiro curso do Senar Minas, mas que espera

CONT.



participar de outros ainda neste ano. "Nunca havia participado e agora estou empolgado, quero aprender muita coisa na minha profissão. No próximo dia 6 começaremos outro curso de Bovinocultura de Leite, desta vez de Inseminação Artificial e em breve vamos solicitar o curso de Administração Rural que será fundamental para a nossa Associação."

Quilombola

Situada na região do Córrego São Julião, a Associação Quilombola Marques, mantém viva a cultura afro, tendo como ações os batuques, as folias, os reizados dentro de uma célula familiar que se comunica com toda a comunidade carlos-chaguense. "Somos descendentes, remanescentes de escravos que fugindo da seca no Vale do Jequitinhonha, nos anos 70, se refugiaram aqui nesta região e somos muito felizes", afirma Édson de Souza.

No curso de Vaqueiro, o instrutor fez uma introdução teórica sobre o tema, para depois iniciar a instrução prática. Muito se discutiu sobre a importância da qualificação e do emprego dos conhecimentos adquiridos. Os participantes ainda receberam o material contendo apostilas com conteúdo do curso. Assim como os cursos do Senar Minas, todo o material é gratuito

Segundo Hélio Costa Oliveira o curso qualifica os profissionais do ramo e aumenta os índices de produtividade na região. "Esse tipo de curso é de grande importância para a qualificação profissional e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais e suas famílias", ressalta o instrutor.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2014

Brasília, 09 de outubro de 2014.

A Prefeitura de São Mateus, estará promovendo ,no dia 18, I Seminário Quilombola no Município.

SÍTIO PORTAL SBN, 08.10.2014

A Prefeitura de São Mateus, por meio da Secretaria de Ação Social, estará promovendo, no dia 18, das 8 às 16h, o I Seminário Quilombola no Município. O Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, que atende as comunidades Quilombolas, localizado na Rodovia São Mateus/ Boa Esperança, desenvolverá a ação Através do Plano de Atendimento Integral a Família- PAIF, que identifica situações inerentes ao preconceito e racismo nas comunidades e com isso se faz necessário esse trabalho para que transforme essas desigualdades em favor da ampliação da cidadania.

O objetivo do evento é apresentar propostas de trabalho a fim de estimular a consciência crítica sobre às questões de preconceito, racismo e discriminação nas comunidades Quilombolas. A secretária de Ação Social, Kátia Quaresma, enfatiza que o racismo, a exemplo de outras regiões, ainda é um fator presente em nossa sociedade. "As questões sobre o preconceito vêm interferindo na autoestima da comunidade e assim dificultando crescimento pessoal e intelectual da população residente no local, por isso estamos levando políticas públicas para desenvolver esse seminário junto com a comunidade"- completou Kátia.

Além de trabalhar a divulgação do evento com toda a comunidade e segmentos, o seminário vai envolver o poder público e demais órgãos competentes e ainda abordar temas em grupo para que sejam retiradas ações de combate às desigualdades, com mesa redonda, palestra, música e apresentação cultural. O tema será: 'Dialogando sobre preconceito, racismo e discriminação do território Quilombola de São Mateus'.

Portal Sbn/Ascom



Prefeitura lança o Prêmio de Culturas Afro-brasileiras

SÍTIO MAIS GOIÁS, 08.10.2014

Lançamento do prêmio ocorreu na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e teve a participação da Ministra da Cultura, Marta Suplicy

O edital do Prêmio de Culturas Afro-brasileiras foi lançado durante um evento realizado na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, na manhã desta terça-feira (07/10). O evento contou com a presença do prefeito Paulo Garcia (PT), da Ministra da Cultura, Marta Suplicy, do presidente da Fundação Cultural Palmares, Hilton Cobra, de representantes de comunidades afro-brasileiros e da sociedade civil.

Durante o lançamento do edital, que visa reconhecer e apoiar iniciativas culturais realizadas por comunidades quilombolas, religiosas de matriz africana e coletivos negros; representantes da Comunidade Quilombola João Borges Vieira de Uruaçu apresentaram uma pouco da cultura africana através da dança folclórica.

O prefeito Paulo Garcia, durante seu discurso, ressaltou que os projetos municipais promovem atividades educativas e culturais que visam ao resgate da identidade, a valorização da cultura negra e a superação do racismo. "Com o apoio do governo federal, conseguimos lutar com mais armas contra a discriminação racial em Goiânia. Queremos fortalecer a luta pela construção de uma sociedade pautada pelo respeito e valorização da diversidade. Por isso, é tão importante para nós apoiarmos este prêmio", concluiu o prefeito.

"A identidade de uma nação se faz com a raiz dessa nação. Nós somos um Brasil de diversidades e precisamos trabalhar também em prol dela", disse a ministra Marta Suplicy durante o evento. A representante do governo federal destacou a importância da luta diária contra a discriminação dos grupos excluídos da sociedade. Grupos LGBTT, ciganos, comunidades afro-descendentes, índios e mulheres têm sido privilegiados pelo Ministério da Cultura nos últimos anos. "O apoio da prefeitura é muito importante e indispensável. Vamos trabalhar juntos com as oficinas de artes para que consigamos atender a todos", afirmou Marta.

Para a secretária municipal de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial, Ana Rita de Castro, o edital é um reconhecimento da população afro-brasileira, um povo que merece ser valorizado, que luta pelos seus direitos e que sofre com a discriminação racial. Ana Rita trabalha em prol dessa parcela da população e, através de seminários, palestras, oficinas e atividades culturais, luta pela valorização desta cultura e deste povo.

O presidente da Fundação Cultural Palmares, Hilton Cobra, avaliou que é preciso mostrar a cultura africana para todos. "Esse edital vai proporcionar a visibilidade da cultura afro-brasileira. Hoje, somos cerca de 110 milhões de negros no país e é preciso acabar com a

CONT.



discriminação racial. Precisamos proporcionar, cada dia mais, conhecimento cultural à população”, destacou Cobra.

O Prêmio de Culturas Afro-brasileiras é uma parceria entre a Fundação Cultural Palmares a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. Mais informações podem ser obtidas pelo endereço eletrônico premio.culturasafrobrasileiras@palmares.gov.br, fazendo constar no campo assunto “Edital Prêmio de Culturas Afro-Brasileiras” e pelo site <http://www.palmares.gov.br>.

Prêmio

O concurso vai premiar atividades nas áreas de literatura, música, artes plásticas e cênicas. A proposta é investir nas expressões culturais desenvolvidas por essas comunidades e garantir seu acesso aos mecanismos de fomento à cultura. As inscrições para o Prêmio de Culturas Afro-brasileiras estão abertas até 06 de novembro, via Correios ou internet (SalicWeb). O valor total da premiação é de R\$ 2,5 milhões, oriundos da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC/MinC), que serão distribuídos da seguinte forma:

- I) 20 prêmios para cada iniciativa das comunidades quilombolas, no valor de R\$ 40.000 (quarenta mil reais);
- II) 20 prêmios para cada iniciativa dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, no valor de R\$ 40.000 (quarenta mil reais);
- III) 20 prêmios para cada iniciativa dos coletivos culturais negros, no valor de R\$ 40.000 (quarenta mil reais).

A premiação está dividida em três categorias: Iniciativa Cultural Quilombola; Iniciativa Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Iniciativa Cultural de Coletivos Culturais Negros. Estão aptas a participar pessoas físicas e jurídicas que realizam atividades culturais voltadas para comunidades e/ou expressões quilombolas, de povos e comunidades de matriz africana e outros bens culturais afro-brasileiros.

MPF/MG: audiência pública discute amanhã, 09/10, situação da comunidade quilombola pesqueira de Caraíbas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.10.2014



Habitando regiões de várzea da margem direita do rio São Francisco, comunidade estaria sendo alvo de atos de violência e ameaças

MPF MG

O Ministério Público Federal em Minas Gerais (MPF/MG) realizará na próxima quinta-feira, 9 de outubro, audiência pública para debater situação da comunidade pesqueira tradicional de Caraíbas, no município de Pedras de Maria da Cruz/MG, norte do estado.

A audiência pública acontecerá na Escola Estadual Pedras de Maria da Cruz, localizada na Praça Maximiliano Martins Pereira, no centro da cidade, a partir das oito e meia da manhã.

Localizada na margem direita do rio São Francisco, a comunidade tradicional de Caraíbas alega estar sofrendo atos de violência e ameaças supostamente comandados por fazendeiros vizinhos, inclusive com o envolvimento de agentes de segurança pública.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2014

Brasília, 09 de outubro de 2014.

Uma das arbitrariedades consiste em impedir que membros de famílias dos Caraíbas utilizem a estrada que dá acesso às suas terras na margem direita do rio, o que, entre outros transtornos, dificulta o acesso de crianças à escola. Os estudantes são obrigados a fazer o percurso pelo rio, com todos os riscos que essa travessia acarreta.

A restrição do uso da estrada também está inviabilizando o atendimento médico às famílias e o escoamento da produção pesqueira e agrícola.

O MPF explica que a área ocupada pela comunidade encontra-se em terreno marginal ao rio São Francisco, sendo, portanto, bem da União. Em dezembro do ano passado, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) emitiu Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) em favor da Associação dos Vazanteiros e Pescadores Artesanais da Ilha de Capivaras e Caraíbas, para fins de moradia, pesca e agricultura sustentável.

No entanto, como ainda não foi realizada a demarcação física da área reconhecida pelo TAUS, a disputa pelas terras tem acirrado os conflitos na região, com diversos prejuízos materiais e morais para a comunidade, de que é exemplo a invasão de seu território pelo gado das fazendas vizinhas destruindo suas plantações.

Essa situação de extrema vulnerabilidade e instabilidade social na qual vivem os Caraíbas motivou o Ministério Público Federal, no cumprimento de seu dever de proteção aos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos das comunidades tradicionais, a convocar audiência pública para ouvir as pessoas atingidas e debater a necessidade da adoção de políticas públicas adequadas às populações habitantes nas várzeas do São Francisco.

O evento é aberto a toda a população.

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal em Minas Gerais

Governo garante terra e investimentos na agricultura para quilombolas de Goiás
SÍTIO REVISTA SAFRA, 08.10.2014

A cerimônia de entrega de 31 mil hectares para a comunidade Kalunga foi realizada na semana passada



Ranyelle Andrade

Os quilombolas de Monte Alegre (GO) têm, agora, mais motivos para permanecer no campo e preservar a herança dos ascendentes. A terra pela qual lutaram tanto, agora é definitivamente deles graças ao Contrato de Concessão de Direito Real de Uso. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) fizeram a entrega oficial dia 30 de setembro. O ministro Laudemir Müller participou da cerimônia de entrega de 31 mil hectares para a comunidade Kalunga. Cerca de R\$ 34 milhões já foram investidos na região. No total, 56 mil hectares já foram desapropriados.

“Este é um ato histórico, é o reconhecimento da luta que esse povo protagonizou para criar seus filhos, produzir o alimento e preservar a cultura quilombola nessas terras”, afirmou o ministro, anunciando Chamada Pública para a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que deve beneficiar 1,1 mil famílias quilombolas. “O governo federal trabalhou para indenizar também os fazendeiros que ocupavam as terras. Dessa forma, o município de Monte Alegre é um território de paz, sem conflitos”, concluiu.

Emoção e preservação

Maria Helena Rodrigues, 26 anos, ficou emocionada ao falar sobre o motivo de permanecer no
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2014

Brasília, 09 de outubro de 2014.

campo com os companheiros kalungas. Nascida e criada na comunidade, ela está cursando licenciatura em Educação no Campo no campus da Universidade de Brasília (UnB), em Planaltina. O curso superior, segundo ela, é para ajudar a preservar a herança dos ascendentes quilombolas.

“Dá um arrepio só de pensar que o sonho do meu povo está, enfim, se realizando. Um sonho que começou há muito tempo, antes mesmo de eu ser gerada. Essas concessões são resultado de uma luta constante e marcam o início de um novo tempo para os Kalunga”, comemorou Maria Helena.

Acesso às políticas públicas

Com o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, o governo federal garante às famílias kalungas segurança jurídica, direito às políticas públicas e um incentivo a mais para dar continuidade às tradições quilombolas. A cerimônia de entrega dos contratos de concessão marcou um momento importante para a reforma agrária. Desde 2010, o Incra e o MDA trabalham na desapropriação das terras.

História

A comunidade Kalunga fica nos municípios goianos de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina. No total, 600 famílias quilombolas vivem num território de 261 mil hectares. A terra pertence oficialmente aos Kalunga desde 2000, quando foi titulada pela Fundação Cultural Palmares, mas os fazendeiros da região continuaram morando nas terras.

A comunidade Kalunga foi criada por escravos que fugiram das minas de ouro de Goiás ou que foram abandonados com a falência dos mineradores. A comunidade tem 600 famílias.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Foto: Rômulo Serpa/MDA



Embarcação atenderá mulheres ribeirinhas vítimas de violência doméstica

SÍTIO JLNEWS, 08.10.2014

A Subsecretaria Estadual da Mulher e de Promoção a Cidadania, em parceria com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), está com um trabalho em andamento que visa atender as mulheres ribeirinhas da região do Pantanal - municípios de Corumbá e distritos próximos. O projeto, batizado como "Justiça sobre as Águas", vai disponibilizar um barco para a prestação de serviço às mulheres em situação de violência doméstica.

A atual fase do projeto foi apresentada por Wilmar Nery da Silva, suplente do desembargador do TJMS Ruy Celso. "Estamos aguardando o fim do período eleitoral para darmos continuidade aos trabalhos, tanto para a aquisição da embarcação como para o andamento dos outros trâmites necessários para que o projeto saia do papel. A previsão é de que o barco esteja na ativa no primeiro semestre de 2015", explica o jurista.

Para execução do projeto "Justiça sobre as Águas" foi disponibilizado um montante no valor de R\$ 1,8 milhão. Assim que estiver em funcionamento, a embarcação deverá percorrer os 475 km de extensão dos Rios Paraguai e Taquari, levando informações e serviços para todas as mulheres ribeirinhas. "Serão oferecidos os mesmos atendimentos existentes em uma Vara, como se essas mulheres estivessem na Capital. Serão serviços de medida protetiva para que as ribeirinhas tenham seus direitos garantidos".

Outras ações protetivas

Na reunião do Comitê foi apresentado outro projeto de combate à violência doméstica, trata-se do "Botão da Vida", um aplicativo desenvolvido para celulares na tecnologia Android e IOs, em que as vítimas enviam uma mensagem de alerta aos órgãos de segurança pública quando sofrem algum tipo ameaça por parte do seu agressor.

O "Botão da Vida" ainda está em fase de desenvolvimento. O projeto é considerado interessante devido ao baixo custo oferecido, a estimativa é de que sejam necessários R\$ 20 mil para a criação do programa. Para funcionar o software necessita apenas de um aparelho telefônico com acesso à internet. O modo como o aplicativo irá funcionar e de que maneira as vítimas terão acesso a essa tecnologia ainda estão sendo estudados.

Exclusivo: Índios fazem Coordenador do Distrito Especial de Saúde Indígena do Araguaia de refém na aldeia e exigem a presença do Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde.

SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 09.10.2014



O clima na cidade de São Félix do Araguaia – MT e região são de tensão, em busca de mudanças e melhorias na saúde indígena, as lideranças das comunidades indígena dos povos Karajá e Kanela, ocuparam o prédio da SESAI nesta manhã, 09, revoltado com o que considera descaso com a saúde indígena levaram o Coordenador do Distrito Especial de Saúde Indígena do Araguaia, Milton Martins de Sousa, para aldeia Santa Isabel, onde permanecerá até que se resolvam algumas reivindicações feitas pelas lideranças indígenas que cobram a falta de atendimento e assistência de saúde nas aldeias, nos pólos de saúde e casas de saúde indígenas. As lideranças indígenas exigem a presença o secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antônio Alves de Souza.

Segundo uma das lideranças Marcelo Milton foi levado para aldeia porque a SESAI não atendeu às reivindicações dos índios. A maior reclamação deles é com relação a precariedade na assistência à saúde indígena.

“Estão brincando com a saúde do povo indígena, fingindo cuidar dos mesmos. Em que realmente a secretaria de saúde indígena. Queremos respeito, queremos que o recurso público
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2014

Brasília, 09 de outubro de 2014.

investido na saúde indígena seja realmente de fato concretizado. Estamos cansados de enganação, de utopia, queremos ação, trabalho e acima de tudo respeito com nosso POVO INDÍGENA DE TODO O PAÍS”, finalizou Dr. Samuel Karajá.

Os índios prometeram liberar Milton quando o Secretário Antônio Alves atender as reivindicações que eles fizeram para autoridades de Brasília. Para lideranças indígenas a questão de saúde é problemática nas aldeias e nos pólos de saúde indígena. Os índios estavam nervosos, mas prometeram tratar bem o Coordenador Milton.

Os indígenas prometem liberar Milton de Souza só com a presença secretário Especial de Saúde Indígena Antonio Alves. Estiveram presentes as lideranças das aldeias Fontoura e Santa Isabel: Cacique Habuydia, Clhy Mairu, Waixa Karajá, Teowore Karajá, Cacique Sansão Karajá e Ximké Karajá.



Voto Consciente é apresentado em Aldeia Indígena

SÍTIO FOLHAMAX, 09.10.2014

Da Redação

Depois de abrir as portas para atender a centenas de crianças e adolescentes, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT) expandiu o Programa Voto Consciente para fora de sua sede. O Programa foi criado em 2011, por meio da Escola Judiciária Eleitoral, com objetivo de desenvolver formação crítica dos jovens e estimular a participação política e democrática no processo eleitoral. Este ano, o projeto ganhou um novo público. Ele foi apresentado na aldeia Diauarum, no Xingu, com orientações sobre cidadania, direitos do eleitor e distribuição de camisetas estimulando a conscientização na hora de escolher o candidato.

Após visitar a aldeia Diauarum em 2012, para confecção de títulos de eleitores para os indígenas, Pedro Paulo de Campos, servidor do TRE, teve a ideia de promover a conscientização dos eleitores das tribos no Xingu que iriam participar das eleições pela primeira vez aquele ano. A iniciativa foi colocada em prática neste pleito, de 2014, e deu tão certo que os membros da aldeia já pediram um novo mutirão para a realização de novos títulos e o aumento de eleitores para 2016. "Esse tipo de ação é muito importante, a conscientização do indígena de que o voto dele tem a mesma importância do que de qualquer outro cidadão do estado. Também explicamos que ele não precisa divulgar o candidato e nem obedecer ao cacique", explica Pedro Paulo que diz ainda que pretende levar o projeto para outras etnias nos próximos anos.

Na aldeia Diauarum, todos os 35 eleitores, entre homens e mulheres, votaram com a camiseta do voto consciente, disponibilizada pela Escola Judiciária do TRE. Renata Servilha Lima, chefe de cartório da 15ª ZE de São Félix do Araguaia, declarou que a eleição na aldeia aconteceu de forma democrática e sigilosa "A votação ocorreu dentro da normalidade aqui na aldeia. Em várias etnias, temos relatos de caciques que influenciam o voto, mas nossos mesários transcreveram em ata que foi tudo tranquilo. Todos votaram pela manhã, entraram sozinhos na cabine e não sofreram nenhum tipo de pressão. Meio dia já não tinha mais ninguém para votar aí esperamos até as cinco para encerrar o procedimento sem nenhum problema".

Votação na Aldeia

O deslocamento da equipe que participou do pleito eleitoral na aldeia Diauarum foi de avião, que levou até ao local os mesários, membros da Polícia Federal, servidores da Justiça Eleitoral e técnico de satélite. No local, trabalharam dois mesários de São Félix do Araguaia e dois mesários indígenas, que são professores na própria aldeia. A Funai de Canarana também participou de todo o procedimento. A votação na aldeia do Xingu é de responsabilidade da 15ª ZE de São Félix do Araguaia e abrange eleitores da etnia Kayabi – Maitare, Awasiu, Kuaywu, Awakatu, Juporajup e Ropti . Em Mato Grosso, o número de eleitores indígenas aptos a votarem é de 8.846 eleitores distribuídos em 32 locais de votação.



Professores e lideranças de etnias concluem o 4º módulo da Formação de Saberes Indígena na Escola

SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 09.10.2014

Lideranças de diversas etnias e professores indígenas da rede municipal de ensino participaram na tarde desta quarta-feira, 8, do encerramento do 4º Curso de Formação de Saberes Indígenas na Escola, promovido pela Secretaria Municipal de Educação (Semed) em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (Ufam). A atividade aconteceu na sede da Divisão de Desenvolvimento Profissional do Magistério (DDPM) da secretaria e reuniu cerca 50 educadores de escolas indígenas e espaços culturais.

A proposta da ação é promover a formação continuada de professores indígenas no processo de alfabetização, respeitando suas línguas maternas e seus processos próprios de aprendizagem, bem como oferecer subsídios para a elaboração de material didático diferenciado, como determina a legislação brasileira da Educação Escolar Indígena.

Neste módulo foi trabalhado o tema "Produção Textual Indígena". A atividade teve início na segunda-feira, 6. Durante o encontro, os professores retrataram suas respectivas etnias ou comunidades por meio de trabalhos e exposições.

No decorrer da qualificação foram confeccionados livros com histórias infantis indígenas no contexto cultural de cada etnia existente, com o objetivo de fazer o resgate da cultura dos respectivos indígenas. A gerente da Educação Indígena da Semed, Meire Lane de Oliveira, explicou o trabalho pedagógico realizado no curso que, ao todo, terá seis módulos.

"Este projeto iniciou este ano. Ele pode ser denominado como Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) Indígena, porque também visa trabalhar a alfabetização, mas para o aluno indígena. Ele tem a finalidade de trazer ferramentas e metodologias para se trabalhar a alfabetização nas escolas e espaços indígenas. No decorrer do curso os educadores produziram pequenos livros voltados para alunos indígenas de 3 a 8 anos. O projeto é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi)", relatou a gerente.

Arnaldo Baré, professor da Escola Indígena Municipal Yayumbwewa Rendawa Maku Arú Waimi, antiga Escola Municipal Três Unidos, que participou desde o primeiro módulo, mencionou o que está achando da ação. "Este curso vem ampliar nossos horizontes, vem nos ajudar a valorizar, ainda mais, a nossa cultura, o nosso dialeto, nossos costumes, entre outros. Estou achando ótima a trocas de experiências e os novos conhecimentos que estou adquirindo", destacou o professor.

A Ufam disponibiliza os profissionais que ministram o curso, material didático e alimentação aos participantes. A formadora do 4º módulo, Jonise Nunes Santos, enfatizou a importância da confecção dos livros que foram produzidos nesta etapa do curso.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2014

Brasília, 09 de outubro de 2014.

“A ideia de produção de materiais, que é um dos objetivos desta formação, vem para efetivar o direito do ensino específico e diferenciado para alunos indígenas. Sem esse material didático direcionado para alunos indígenas fica um tanto difícil este estudante ter acesso à cultura e sua identidade, visto que todo conhecimento indígena é oral, ou seja, o aluno só vai conhecer se alguém contar ou se ele tiver um recurso didático. Portanto, este módulo é de extrema importância para revitalizar a língua indígena”, descreveu a formadora.

Os últimos módulos acontecerão nos meses de março e abril de 2015.

Fonte: Prefeitura de Manaus



Prefeito participa de reuniões em Brasília sobre Jogos Mundiais Indígenas

SÍTIO PREFEITURA DE PALMAS, 09.10.2014

Polyana Pegoraro

O prefeito de Palmas, Carlos Amastha, cumpriu agenda nesta quarta-feira, 08, nos ministérios do Esporte e da Integração Nacional, em Brasília (DF), para acompanhar o andamento dos projetos para a realização dos Jogos Mundiais Indígenas. Amastha estava acompanhado do gestor da Secretaria Extraordinária dos Jogos Mundiais Indígenas, Hector Franco.

De acordo com o Prefeito, a reunião de trabalho foi positiva. "Durante a reunião entre o Governo Federal, a equipe da Prefeitura e o Comitê Intertribal, verificamos o andamento dos projetos e posso dizer que estou bastante empolgado. Queremos que os palmenses participem dos jogos, descubram as riquezas do universo indígena e nos ajudem a realizar uma grande festa."

Sobre o encontro com o ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, o gestor destacou, "apresentamos o projeto dos barcos elétricos, para utilizarmos esse modal para integrar os locais de realização dos jogos pelo lago e vejo nesse Ministério o parceiro ideal para viabilizar isso."

Jogos Mundiais Indígenas

Os jogos serão realizados em Palmas de 18 a 27 de setembro de 2015 e devem reunir 2.500 atletas de 30 países, totalizando 22 etnias representadas. O evento é uma iniciativa conjunta entre a Prefeitura de Palmas, Ministério dos Esportes e Comitê Intertribal.

MPF diz que loteamento pode ser área indígena

SÍTIO SULNEWS, 09.10.2014



A suposta existência de mais uma área indígena nos arredores da cidade de Dourados, que gerou polêmica em 2012, voltou à tona nesta sexta-feira com um alerta feito pelo Ministério Público Federal (MPF) de que o loteamento "João Carneiro Alves" está localizado em "provável terra dos guarani-kaiowá".

Conforme a assessoria do MPF, a área fica na região conhecida como Mudas MS, entre o Jardim Guaicurus e o Parque das Nações, próximo à BR-163. "Toda a área está passando por levantamento antropológico pelo Grupo Técnico Dourados-Amambaípeguá, que já identificou elementos comprobatórios de ocupação tradicional por indígenas guarani-kaiowá", afirma nota divulgada no site da Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul.

Ainda segundo o MPF, uma pequena comunidade habita a área, que eles chamam de tekohá Ñu-Porã. "A Constituição Federal de 1988 reconheceu aos índios direitos originários e imprescritíveis sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Os investimentos realizados na compra e construção de habitações poderão ser perdidos caso a área venha a ser considerada indígena. Não há possibilidade de ressarcimento ou indenização, que só ocorre quando o investimento é de boa-fé", diz a assessoria do MPF.

De acordo com a Procuradoria da República, em setembro de 2012 o MPF recomendou à Prefeitura de Dourados que não aceitasse a tramitação de novos procedimentos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2014

Brasília, 09 de outubro de 2014.

administrativos visando a regularização de loteamentos naquela região e que embargasse desmatamentos e obras de abertura de ruas, asfaltamento, instalação de rede elétrica e de esgoto. A recomendação era para que se aguardasse a publicação do Relatório Circunstanciado de Identificado e Delimitação da Terra Indígena Ñu Porã.

O Ministério Público Federal em Dourados afirma que o grupo técnico, constituído pela Portaria nº 789, de 10/07/2008, realizou estudos de campo, levantou e registrou dados históricos e etnográficos a respeito da ocupação tradicional. "O relatório final está em fase de elaboração e apresentará dados indicando a necessidade de demarcação dessa área como terra de ocupação tradicional Kaiowá e Guarani", diz a assessoria do MPF.

Encontro define agenda de trabalho para os Jogos Mundiais Indígenas

SÍTIO VERMELHO, 09.10.2014



Secretário Ricardo Cappelli (ao centro, de preto) em reunião para tratar dos Jogos Mundiais Indígenas.

Os Jogos Mundiais indígenas foram a pauta de reunião, nesta quarta-feira (8), entre o secretário nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, Ricardo Cappelli, o prefeito de Palmas, Carlos Amastha, e o diretor do Comitê Intertribal, Memória e Ciência Indígena (ITC), Marcos Terena. Durante o encontro, ficou definida a agenda de trabalho a ser desenvolvida pelo comitê gestor dos jogos.

A partir dessa reunião preparatória, o Brasil dá início à primeira etapa de atividades, de um total de três, do projeto de realização da edição pioneira do evento de caráter internacional, que será em setembro de 2015, na capital tocantinense. "A primeira
Secretário Ricardo Cappelli (ao centro, de preto) em reunião para tratar dos Jogos Mundiais Indígenas. Secretário Ricardo Cappelli (ao centro, de preto) em reunião para tratar dos Jogos Mundiais Indígenas.

"Entra em prática, a partir de agora, o plano operacional e estrutural do evento internacional da tradição indígena, que envolve a edificação de toda a estrutura do Parque Temático na capital tocantinense", antecipou Ricardo Cappelli.

A partir dessa reunião preparatória, o Brasil dá início à primeira etapa de atividades, de um

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2014

Brasília, 09 de outubro de 2014.

total de três, do projeto de realização da edição pioneira do evento de caráter internacional, que será em setembro de 2015, na capital tocantinense. "A primeira fase é a estrutura dos jogos propriamente dita, a Feira de Artes e Cultura Indígena, a segunda, e a terceira é a Feira de Produtos Agrícolas indígenas", detalhou Marcos Terena.

No encontro, em que também esteve presente a diretora de Políticas Intersectoriais, Andrea Ewerton, o prefeito Carlos Amastha propôs uma reunião em Palmas, com a participação dos três entes do comitê gestor do mundial indígena – Ministério do Esporte, Comitê Intertribal e prefeitura. Uma das ações a serem deliberadas no próximo encontro de trabalho, previsto para o dia 28 de outubro, na capital tocantinense, será a definição das modalidades esportivas indígenas a serem disputadas no Mundial.

"A estruturação do evento internacional da cultura tradicional indígena caminha em passos firmes", declarou o secretário Cappelli, ao confirmar sua participação no próximo encontro do comitê gestor, em Palmas.

Para o mundial indígena são esperadas etnias de 30 países e a participação de cerca de 2 mil atletas guerreiros. Entre as instalações a serem implantadas na aldeia dos Jogos estão alojamento das etnias brasileiras, Oca Digital e dos Saberes, praça de alimentação com comidas típicas, refeitório, museu do índio e feira de artesanato, além de instalações esportivas, como campo de beisebol, raia olímpica e arena.

Fonte: Ministério do Esporte



Governo Dilma garante mais atenção à Saúde e regulariza territórios quilombolas
SÍTIO SALA DE IMPRENSA DILMA, 09.10.2014

Para garantir acesso à saúde de qualidade a todos os brasileiros, e em especial aos sergipanos, o Governo Federal atendeu a demanda total do estado de Sergipe por médicos. Foram 157 profissionais, que estão beneficiando 542 mil sergipanos em 47 municípios. Uma cobertura de 62,7% do estado. E por viverem em localidades onde havia falta de profissionais, as comunidades quilombolas também são beneficiadas pelo programa Mais Médicos.

Por meio do programa Saúde da Família, 84,57% da população de Sergipe é atendida por 601 equipes. Além disso, funcionam atualmente no estado 564 postos de saúde, sendo que 84 estão passando por reformas e 118 por obras de ampliação. Outras 162 unidades foram aprovadas para construção no estado. Treze delas já estão concluídas, 65 em ação preparatória e 84 em obras.

Funcionam, ainda, no estado, quatro Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e outras nove tiveram aprovação para construção, sendo que oito já estão em ação preparatória. O programa Saúde Não Tem Preço fornece medicamentos gratuitos a 136.428 sergipanos, sendo 89.427 para hipertensos; 15.881 para diabéticos; e 31.120 hipertensos e diabéticos, em 135 farmácias populares. Medicamentos para asma também já beneficiaram 1.889 pessoas no estado.

Comunidades quilombolas

As comunidades quilombolas representam um patrimônio cultural da sociedade brasileira. Majoritariamente rurais, essas comunidades vêm se mantendo unidas por relações territoriais históricas, ancestralidade, tradições e práticas culturais e religiosas.

“As comunidades quilombolas ficaram esquecidas por muito tempo em nosso País. Somente em 2004, no governo do presidente Lula, criamos uma política específica para os quilombolas, assumindo como tarefa de Estado assegurar direitos à terra, ao trabalho, à educação, à saúde a esses cidadãos por tantas décadas excluídos”, disse a presidenta Dilma Rousseff.

Em todo o Brasil, são 2.408 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, sendo que 62,4% delas estão no Nordeste. A estimativa é que existam 214 mil famílias e 1,17 milhão de quilombolas em todo o Brasil. Em Sergipe, existem, ao todo, 4.217 famílias auto-reconhecidas como remanescentes de quilombos, vivendo em 25 comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares.

Com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Quilombola (PQB), em 2004. O programa reúne ações voltadas para essas comunidades nos eixos: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos e cidadania. O PQB contribui

CONT.



para o alcance dos objetivos do Plano Brasil Sem Miséria, que tem como público-alvo uma significativa parcela das comunidades quilombolas.

Em dezembro do ano passado, a presidenta entregou os títulos definitivos de regularização fundiária de territórios quilombolas a duas comunidades sergipanas: Lagoa do Campinho, no município de Amparo do São Francisco, e Mocambo, em Porto da Folha. Segundo Dilma, "a regularização fundiária, além de ser uma questão de sobrevivência para as comunidades, é importante para a sua identidade".

Mais benefícios

O Governo Federal também fez outros investimentos no estado de Sergipe. Foram R\$ 193,1 milhões em mobilidade urbana, aplicados na implantação de corredores de ônibus, bolsões de estacionamento, abrigos e centros de controle; construção e reforma de terminais de integração; corredores das avenidas Gasoduto e João Rodrigues. Além de investir nos ensinos técnico e superior. São 144.102 mil matrículas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); 714 bolsas no Ciência sem Fronteiras e 30.092 beneficiados pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) e Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

Ausência de órgãos públicos em mesa de negociação dificulta a titulação de terras quilombolas no Oeste do Pará

SÍTIO TERRA DE DIREITOS, 09.10.2014



A realização das Mesas Quilombolas é obrigatória a todas às superintendências desde 24 de julho deste ano, quando INCRA publicou a portaria nº 397.

Ocorreu nesta terça-feira (7) a II Mesa Quilombola de Santarém, para debater o processo de titulação dos territórios quilombolas de Santarém. O encontro deveria reunir os órgãos públicos com atribuições no processo de titulação, mas a ausência de representantes da Prefeitura de Santarém e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) prejudicou os encaminhamentos.

Por parte do poder público, estavam presentes representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, realizador da Mesa, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Ministério Público Federal – MPF. Das organizações da sociedade civil participaram integrantes da Terra de Direitos, Comissão Pastoral da Terra de Santarém e de Óbidos, a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém – FOQS, Malungu- Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará, e associações comunitárias.

Pedro Martins, assessor jurídico popular da Terra de Direitos que esteve na reunião, afirma a necessidade da atuação conjunta de órgãos governamentais para a concretização das titulações. Apesar da relevância das Mesas com instrumento de participação da sociedade civil, os encontros “sofrem grande risco de perder importância devido à ausência de órgãos públicos diretamente envolvidos em situações de conflitos”.

CONT.

Exemplo disso é a postura da Prefeitura de Santarém. Apesar de planejar a reestruturação da cidade para a construção de grandes portos, que afetaram diretamente comunidades quilombolas, a Prefeitura não respondeu à convocatória do INCRA para a participação nas Mesas.

Para a regularização de territórios localizados em áreas de várzea, a SPU deveria participar das reuniões, no entanto, também não compareceu. A falta de diálogo por parte da SPU prejudica diretamente o andamento da titulação das comunidades de várzea Arapemã e Saracura. "É necessário que ela [SPU] esteja presente nas reuniões para que se defina qual a competência de cada um para que o processo ande", Franciney Oliveira, presidente da FOQS.



II Mesa quilombola Na avaliação do integrante da pastoral, a falta dos órgãos competentes torna as reuniões pouco resolutivas: "As coisas que estão sendo encaminhadas ficam na base de ofícios, de telefonemas e não têm uma definição. Se não avançar, a gente vem para várias reuniões, discutindo a mesma coisa, com os mesmos encaminhamentos e não tem retorno". Apesar das dificuldades, Josielson Costa, da CPT de Óbidos, aponta com ponto positivo a possibilidade das organizações e comunidades participarem e cobrarem o avanço dos processos que estão em andamento.

A realização das Mesas Quilombolas é obrigatória a todas às superintendências desde 24 de julho deste ano, quando INCRA publicou a portaria nº 397. A Portaria aponta como objetivo discutir a situação dos processos de regularização fundiária com parceiros e movimentos sociais, integrando as ações no âmbito do Governo Federal e dos Governos estaduais e municipais. Em Santarém, a primeira edição do evento foi em julho de 2014. A próxima reunião será dia 27 de janeiro de 2015.

Casos

A comunidade Erepecuru é um dos casos discutidos na I Mesa: o impasse começa em 1998,

CONT.



quando é firmado um acordo entre moradores, Incra e membros da sociedade civil determinando que o Instituto faria o georreferenciamento da área e a exclusão dos lotes de produtores rurais individuais. Nesta II Mesa, o Ministério Público Federal informou que ainda aguarda informações do processo administrativo do INCRA.

No caso da comunidade Arapucu, o MPF assumiu o compromisso de apurar o caso de servidores do INCRA que sofreram desacato por latifundiários, que tentam impedir a titulação do território. Josielson Costa, da CPT, relata que as tensões nas comunidades quilombolas estão aumentando, o que torna mais grave a omissão dos órgãos governamentais, entre eles a própria Polícia Federal. "Isso precisa melhorar muito, porque estamos falando de seres humanos, de garantir a dignidade das pessoas".

As comunidades de Tiningu e Pérola do Maicá receberam boas notícias nos avanços dos trabalhos de elaboração das peças do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), cuja publicação está prevista ainda para 2014. No caso da Pérola do Maicá, o processo de titulação da comunidade se arrasta desde no INCRA desde 2006. Após oito anos em trâmite, o processo no Instituto ainda está na primeira fase. Atualmente a população quilombola do Maicá está ameaçada de perder o território devido à construção de porto em Santarém.

Sobre o caso da junção entre os territórios de Moura e Jamari, o INCRA deu parecer indicando uma fragilidade na proposta, em decorrência do número de assinaturas do pedido, inferior a 10% da população total. Os territórios tradicionais da região têm sido fortemente ameaçados pela mineração.

A reunião também contou com a participação de lideranças indígenas da etnia Munduruku, que se prontificaram a colaborar no reconhecimento de seus territórios junto INCRA e FUNAI, tendo em vista casos de sobreposição de territórios indígenas e quilombolas na região do planalto Santareno.



Índios despejados em MS prometem resistir e falam de morte coletiva na área retomada

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 09.10.2014

Indígenas guaranis e kaiowás da Comunidade Tekoha Kurusu Amba, situada em Coronel Sapucaia, declararam resistência e acusaram a Justiça de genocídio, após receber ordem de despejo. A decisão foi anunciada nesta quarta-feira (8), na página oficial do Conselho Aty Guasu, no Facebook.

De acordo com a carta divulgada pelo grupo, a decisão foi acordada entre indígenas de 250 comunidades. No comunicado, eles garantem que não vão abandonar a área, retomada há 10 anos.

"Nós decidimos recuperar um pedaço de nossa terra antiga e aqui estamos sobrevivendo e resistindo há 10 anos, e todos nós vamos resistir até a morte, decidimos morrer todos juntos e não iremos sair despejados de nossa terra antiga. Essa é a nossa decisão", garantem.

Segundo o coordenador regional do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Flávio Vicente Machado, cerca de 20 mil indígenas vivem nas regiões de fronteira. Ele explica que para esses povos, as condições são mais precárias se comparadas a outras comunidades.

"Nos últimos 4 anos houve um agravamento humanitário entre esses indígenas. Eles vivem na beira das rodovias, são expostos a situação de miséria e violência. Existe uma série de situações que os obrigam a tomar essa decisão", justificou.

Machado denuncia ainda que os povos tiveram os barracos queimados e foram feridos por funcionários de fazendeiros da região. "É um povo submetido à crise e trauma social. Registramos um assassinato a cada 12 dias e um suicídio a cada 7", destacou.

Conforme o comunicado, a ordem de despejo foi deferida na última segunda-feira (6), pela Justiça Federal de Ponta Porã e os indígenas terão 20 dias, a partir da data em que receberam a notificação, para deixar a área.

A equipe de reportagem entrou em contato com a Justiça Federal de Ponta Porã, mas não conseguiu falar com a assessoria de comunicação que funciona apenas no período



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2014

Brasília, 09 de outubro de 2014.

Guarani kaiowá jurado de morte denuncia o Brasil na ONU SÍTIO DOURADOS AGORA, 09.10.2014

No documento entregue aos relatores, dados oficiais apontam que os índices de homicídio em algumas reservas Guarani Kaiowá chegam a 590% em relação média brasileira



O líder guarani kaiowá, Eliseu Lopes, de 36 anos, da aldeia kurusu ambá, em Coronel Sapucaia denunciou o Brasil junto ao Conselho de Direitos Humanos da Nações Unidas, responsável por monitorar, avaliar e emitir resoluções sobre a situação de violações de direitos humanos no mundo.

Eliseu Lopes participou do encontro em Genebra, Suíça, com o objetivo de chamar a atenção da comunidade internacional para as violências que há anos assola seu povo. Membro do Conselho da Aty Guasu (Grande Assembleia de seu povo) e do Conselho Continental da Nação Guarani, Lopes é ameaçado de morte e está incluso em programas de proteção do Governo Federal, após ter três membros de sua comunidade assassinados na luta por seus territórios.

Eliseu se encontrou com relatores da ONU, como os relatores de Direitos Humanos, Direito a Alimentação e com Victoria Lucia Tauli-Corpuz, relatora Especial para os Direitos dos Povos indígenas no Mundo, onde pode denunciar sua realidade.

No documento entregue aos relatores, dados oficiais apontam que os índices de homicídio em algumas reservas Guarani Kaiowá chegam a 590% em relação média brasileira. Lopes afirmou que seu "povo não aguenta mais tanto descaso do governo brasileiro", que este "se mostra incapaz de os proteger" e que vivem uma crise humanitária.

CONT.



Os relatores e suas equipes lamentaram que ainda hoje, o Brasil não tenha conseguido resolver o problema da demarcação, mesmo quando sua Constituição tenha estabelecido como prazo cinco anos após promulgação e comprometeram-se em levar o caso adiante junto ao governo brasileiro.

No entanto, segundo a delegação que acompanha Eliseu Lopes, o Brasil já vem sendo amplamente questionado, por diversos órgãos da ONU, da sociedade civil internacional e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A efetiva demarcação das terras Guarani e Kaiowá foi inclusive recomendada na última Revisão Periódica Universal (RPU) que avalia a situação de violação de direitos humanos e o cumprimento de tratados e convenções no Brasil.

Lamentavelmente observasse que as recomendações não estão sendo atendidas, que vezes as informações prestadas e discursos realizados não condizem com a realidade, uma vez que o Brasil possui uma excessiva preocupação com sua imagem no exterior.

A exemplo, foram as observações e recomendações que o então relator especial para os Direitos dos Povos Indígenas, James Anaya fez ao Estado Brasileiro após visita e estudo de caso dos Guarani Kaiowá. Passados mais de quatro anos, Anaya lamenta e se mostra muito preocupado por não ter obtido nenhuma resposta por parte do Estado Brasileiro.

Paralisação das demarcações de terras indígenas no Brasil e o aumento da violência

Durante o dia reservado no Conselho de Direitos Humanos ao tema "Povos indígenas", a relatora especial pôde fazer seu informe sobre a situação dos povos indígenas no Mundo. Nesta oportunidade, Lopes teve o resumo de sua contundente declaração lida por sua advogada, onde afirma: "A inconsequente decisão do governo brasileiro em paralisar os processos demarcatórios, sob pretexto de "diálogo", resultou justamente no aumento direto dos conflitos em todas as regiões. Decisão que sabemos, vai contra nossos direitos internacionais, contra a constituição brasileira e os diversos casos, em todo o mundo, de cessação de conflitos, através da efetiva demarcação dos territórios indígenas".

Efetivamente paralisar as demarcações de terras indígenas no Brasil, mostra-se de interpretação primária, no tocante a solução de conflitos territoriais. Principalmente quando a história demonstra que é justamente a devolução e proteção de terras e a reparação dos afetados por elas o mecanismo mais eficaz de manutenção da paz.

Em entrevista a jornalistas, Lopes disse que este não é um problema novo para o Brasil. Ainda hoje terras indígenas são invadidas indiscriminadamente e o governo brasileiro nada faz, quando o faz é por decisão judicial e não por cumprimento de sua obrigação constitucional. "Eles invadem nossas terras hoje, o governo não faz nada; amanhã arrumam títulos, nos expulsam do território, o governo não faz nada; e depois de amanhã se dizem donos da terra. E meu povo? Vive de baixo de lona preta a beira da estrada, e o governo não faz nada. Não aguentamos mais isso".

Relatório específico sobre violência contra os Guarani é lançado durante sessão do UNHRC.

Acompanhado de membros da Rede de Ação e Informação pelo direito à alimentação – Fian



(sigla em inglês) e do Conselho Indigenista Missionário – (Cimi), Lopes testemunhou em evento paralelo ao lançamento do Brief Report on the violations of the Human Rights of the indigenous Kaiowá Guarani peoples in Mato Grosso do Sul – Brazil. Este pretende informar a sociedade internacional sobre a realidade de violência vivida por este povo.

O relatório aponta ao citar dados do Ministério da Saúde, que de 2000 a 2013, 662 pessoas indígenas se suicidaram no Mato Grosso do Sul, um caso a cada 7,7 dias nos últimos 14 anos. Que nos últimos 12 anos houve um assassinato a cada 12 dias, totalizando 361 indígenas. Num ambiente que registrou mais de 150 conflitos, pelo menos 16 lideranças Guarani Kaiowá foram assassinadas por fazendeiros devido a suas lutas por território nos últimos 10 anos.

Destes casos, somente um, de Nísio Gomes assassinado em 2011, resultou efetivamente na prisão de seus assassinos, sendo 19 pessoas, entre elas fazendeiros, advogado, servidor público, pistoleiros e dono de empresa de segurança privada, classificada com milícia armada, por sua atuação e assassinato em outras comunidades indígenas. O restante segue com inquéritos inacabados ou processos estagnados.

Lopes denunciou que as negociações e composições políticas do atual governo com setores racistas e violentos do agronegócio resultaram numa escalada sem igual da violência contra os povos indígenas no Brasil, a exemplo citou comunidades de outros povos que estão em conflito, enfrentando invasores, sendo executados pela Polícia Federal, sendo assassinadas por madeireiros e pecuaristas, e de crianças que morrem por falta de alimentação adequada.

Esta realidade é confirmada pelo relatório da Comissão econômica para a América Latina (Cepal), órgão da ONU, lançado às vésperas da 1ª Conferência Mundial sobre Povos Indígenas realizada em Nova York. Este afirma que o Brasil possui 70 povos indígenas ameaçados de extinção física e cultural, resultante de conflitos armados e de flagrantes violações de direitos fundamentais, individuais e coletivos. (Confira aqui).